



SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SÃO PAULO

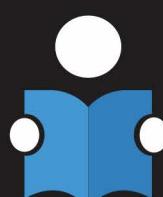
PROFESSOR II - GEOGRAFIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Fundamentos da Educação
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 02/2025

BÔNUS
ÁREA DO
CONCURSEIRO



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa**.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>





SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS - SÃO PAULO

Professor II- Geografia

EDITAL Nº 02/2025

CÓD: SL-118DZ-25
7908433288756

Língua Portuguesa

1.	Interpretação e compreensão de texto	9
2.	Organização estrutural dos textos	12
3.	Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	15
4.	Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo	17
5.	Textos literários e não literários	26
6.	Tipologia da frase portuguesa	35
7.	Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção	40
8.	Problemas estruturais das frases	42
9.	Norma culta	42
10.	Pontuação e sinais gráficos	48
11.	Organização sintática das frases: termos e orações; Ordem direta e inversa	55
12.	Tipos de discurso	59
13.	Registros de linguagem	62
14.	Funções da linguagem	63
15.	Elementos dos atos de comunicação	68
16.	Estrutura e formação de palavras	71
17.	Formas de abreviação	73
18.	Classes de palavras: os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições e, modalizadores. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos	74
19.	Polissemia e ambiguidade	78
20.	Os dicionários: tipos; a organização de verbetes	82
21.	Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos e, latinismos	85
22.	Ortografia e acentuação gráfica	89
23.	A crase	94

Fundamentos da Educação

1.	Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas	101
2.	Relações socioeconômicas e político-culturais da educação	102
3.	Educação em direitos humanos, democracia e cidadania	103
4.	A função social da escola	105
5.	Inclusão educacional e respeito à diversidade	106
6.	Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica	107
7.	Didática e organização do ensino	108
8.	Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem	108
9.	Novas tecnologias da informação e comunicação, e suas contribuições com a prática pedagógica	109
10.	Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino	110
11.	Fundamentos conceituais da base nacional comum curricular	111

Legislação Educacional

1.	Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I - da Educação.....	153
2.	Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações	156
3.	Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE).....	176
4.	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos.....	178
5.	Resolução CNE/CP nº 02/2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	189
6.	Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	195
7.	Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	234
8.	Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	253
9.	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2018.....	253

Conhecimentos Específicos Professor II - Ciências

1.	Metodologia do Ensino da Geografia.....	259
2.	História do pensamento geográfico e as grandes correntes teóricas da Geografia.....	261
3.	Espaço geográfico como produto histórico e social.....	264
4.	Conceitos de território, paisagem, região, lugar, rede geográfica e escala geográfica	265
5.	Os princípios do Raciocínio Geográfico: analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem ...	266
6.	Fundamentos da Cartografia como instrumento de representação do espaço geográfico. Representações cartográficas: conceitos e linguagens. Escala, curvas de nível, projeções. Mapas e Gráficos: construção, interpretação, comparação, análise e visões do mundo. Técnicas cartográficas. Coordenadas geográficas	267
7.	Movimentos da Terra, estações do ano, solstício e equinócio.....	272
8.	Localização de fenômenos naturais, socioeconômicos, políticos, culturais, demográficos e populacionais em diferentes escalas.....	273
9.	Natureza e sociedade: meio ambiente físico e o espaço geográfico	274
10.	Climatologia e Meteorologia: elementos e fatores, classificação, clima urbano, tempo e clima, os climas do mundo e do Brasil. Fenômenos Meteorológicos e Climatológicos e sua relação com as atividades socioeconômicas.....	275
11.	Geomorfologia: relevo, agentes formadores e modificadores, classificação.....	276
12.	Relevo brasileiro: processos geomorfológicos e formas de relevo	277
13.	Hidrografia: como se apresentam e se distribuem. Aproveitamento das diversas formas de água. Rede hidrográfica brasileira: bacias e aproveitamento.....	281
14.	Teorias demográficas	283
15.	O processo de migração na atualidade. Refugiados no Brasil e no mundo. Desigualdades sócio espaciais no Brasil e no mundo.....	284
16.	As manifestações socioterritoriais e culturais dos diferentes povos no processo de organização do espaço geográfico ...	285
17.	A importância da Geografia na formação do cidadão e na construção de uma sociedade democrática	286
18.	A indústria e as questões ambientais: a produção do espaço industrial no Brasil e no mundo. A produção do espaço urbano no Brasil no mundo. As redes técnicas no mundo e no Brasil.....	287
19.	Geoeconomia e Geopolítica no Mundo Contemporâneo. A globalização e a mundialização no sistema capitalista. Blocos Internacionais do Poder. Crises econômicas mundiais. Geopolítica no atual contexto mundial. Formação de estados nacionais e conflitos étnico-religiosos. A importância ambiental e territorial da Antártida.....	288
20.	O processo de ocupação territorial do Brasil. A regionalização do território brasileiro	290
21.	O campo e a cidade do Brasil.....	291

ÍNDICE

22. Base Nacional Comum Curricular - competências específicas de Geografia no Ensino Fundamental..... 292



LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: "Jorge era infeliz quando fumava", a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase "Jorge era infeliz quando fumava", a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica "pare" por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

AMOSTRA

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmite sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências,

inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

- **Paráfrase:** Trata-se da reescrita de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CONCEPÇÕES E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

As concepções e tendências pedagógicas contemporâneas refletem uma evolução significativa na forma como a educação é compreendida, estruturada e aplicada. As práticas pedagógicas atuais buscam não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também o desenvolvimento integral do indivíduo em suas dimensões cognitiva, emocional e social.

Influenciadas por avanços nas ciências humanas e sociais, bem como por mudanças culturais e tecnológicas, as tendências pedagógicas contemporâneas enfatizam a participação ativa do aluno, a contextualização dos conteúdos, a educação inclusiva, e o uso de metodologias que favorecem a autonomia e o protagonismo dos estudantes. Essas abordagens refletem uma visão de educação como um processo de construção coletiva e contínua, em que o aluno é visto como sujeito ativo na construção do conhecimento.

A abordagem construtivista, inspirada nas teorias de Jean Piaget e Lev Vygotsky, é uma das mais influentes tendências pedagógicas da atualidade. No construtivismo, a aprendizagem é vista como um processo de construção ativa de conhecimento, em que o aluno interage com o ambiente e reorganiza continuamente suas estruturas mentais.

A ênfase recai sobre o desenvolvimento de competências e habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e capacidade de reflexão. O professor assume o papel de mediador, promovendo atividades e situações que desafiam o aluno a explorar, experimentar e questionar. Assim, o foco está na aprendizagem significativa, que ocorre quando o estudante relaciona novos conteúdos com conhecimentos prévios, conferindo sentido ao que é aprendido.

A pedagogia sociointeracionista, fortemente influenciada por Vygotsky, complementa o construtivismo ao enfatizar o papel das interações sociais no processo de aprendizagem. Para essa abordagem, o conhecimento é construído coletivamente, em colaboração com outros e em um contexto social específico.

O ambiente de aprendizagem deve ser um espaço de diálogo, onde o professor e os alunos compartilham saberes, refletem juntos e ampliam seus conhecimentos. O desenvolvimento de habilidades de comunicação e de cooperação é central, e o professor deve proporcionar atividades que estimulem a troca de ideias e a resolução conjunta de problemas.

A pedagogia crítica, inspirada pelas ideias de Paulo Freire, também representa uma importante tendência contemporânea, defendendo uma educação emancipadora que visa à formação de cidadãos críticos e atuantes. Segundo essa abordagem, a

educação deve ser um processo de conscientização, em que o aluno desenvolve a capacidade de questionar a realidade, refletir sobre questões sociais e lutar por transformações.

A pedagogia crítica valoriza a problematização e a contextualização dos conteúdos, relacionando-os com a realidade social dos alunos. O professor é visto como um facilitador e parceiro de diálogo, que respeita a experiência de vida do estudante e contribui para sua autonomia e senso crítico. Essa abordagem defende que o conteúdo deve estar sempre ligado ao contexto histórico e cultural, permitindo uma reflexão que vai além da simples assimilação de informações.

A pedagogia das competências é outra abordagem que ganha destaque na educação contemporânea, com foco no desenvolvimento de habilidades e competências que preparam o aluno para os desafios do mundo atual, tanto no âmbito profissional quanto pessoal. Essa abordagem se fundamenta na ideia de que a educação deve ir além da transmissão de conteúdos disciplinares, englobando competências como a criatividade, o trabalho em equipe, a resiliência e a capacidade de comunicação.

O ensino por competências envolve atividades práticas e contextualizadas que permitem aos alunos aplicar o conhecimento em situações reais. O professor, nessa perspectiva, é um orientador que propõe situações e desafios que promovem a aplicação do conhecimento e a mobilização de diversas habilidades.

Com a crescente presença da tecnologia na educação, a pedagogia digital surge como uma tendência inovadora, buscando integrar recursos tecnológicos ao processo de ensino-aprendizagem.

O ensino híbrido, por exemplo, combina atividades presenciais e online, promovendo maior flexibilidade e autonomia para o estudante. A pedagogia digital valoriza a interação e o acesso a diferentes fontes de informação, possibilitando uma aprendizagem personalizada e colaborativa. O professor assume o papel de facilitador, orientando o aluno no uso responsável e crítico das ferramentas digitais e ajudando-o a transformar a informação em conhecimento relevante.

Por fim, a educação inclusiva é uma das diretrizes que orientam a prática pedagógica contemporânea, baseando-se na promoção de uma escola para todos. Essa abordagem reconhece a diversidade dos estudantes e valoriza as diferenças individuais, sejam elas culturais, sociais, ou relacionadas a deficiências e necessidades especiais.

A pedagogia inclusiva busca eliminar barreiras para a aprendizagem, oferecendo suporte e adaptações que garantam a participação plena de todos os alunos. O professor deve desenvolver práticas pedagógicas que considerem as particularidades de cada estudante, promovendo uma educação equitativa e respeitosa.

AMOSTRA

As tendências pedagógicas contemporâneas, embora distintas, compartilham o objetivo comum de promover uma educação significativa, que valorize o aluno como sujeito ativo e que seja sensível às mudanças e desafios do contexto atual.

Essas abordagens reafirmam o papel da educação como um processo dinâmico, que deve continuamente se adaptar e evoluir para atender às necessidades e potencialidades dos estudantes e para contribuir para uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E POLÍTICO-CULTURAIS DA EDUCAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o tema das relações socioeconômicas da educação tem ocupado um lugar central nos debates acadêmicos, políticos e sociais. Trata-se de um campo vasto e multifacetado, que abrange uma série de questões interligadas, desde a distribuição desigual de recursos educacionais até os efeitos do capital humano na economia.

Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, a educação emerge como um dos principais motores do desenvolvimento socioeconômico. Países que investem pesadamente em educação tendem a colher os frutos desse investimento em termos de crescimento econômico, inovação tecnológica e inclusão social. No entanto, os desafios para garantir uma educação de qualidade e equitativa são consideráveis e variados.

Um dos principais pontos de partida para entender as relações socioeconômicas da educação é reconhecer a existência de profundas disparidades no acesso e na qualidade da educação em nível global. Em muitas partes do mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, milhões de crianças ainda estão fora da escola ou recebem uma educação de baixa qualidade devido a uma série de fatores, incluindo pobreza, discriminação de gênero, conflitos armados e infraestrutura educacional inadequada.

Essas disparidades educacionais estão intrinsecamente ligadas a questões econômicas e sociais mais amplas. Por exemplo, a pobreza é tanto uma causa quanto uma consequência da falta de acesso à educação de qualidade. Crianças que crescem em ambientes economicamente desfavorecidos têm menos probabilidade de frequentar a escola regularmente e de obter os recursos necessários para ter sucesso acadêmico. Isso, por sua vez, perpetua um ciclo de pobreza intergeracional que pode ser difícil de romper.

Além disso, as desigualdades educacionais muitas vezes refletem e reforçam as desigualdades sociais existentes. Grupos marginalizados, como mulheres, minorias étnicas, pessoas com deficiência e comunidades rurais, geralmente enfrentam barreiras adicionais ao acesso à educação de qualidade. Isso não apenas priva esses grupos de oportunidades individuais, mas também limita o potencial de desenvolvimento humano e econômico de uma sociedade como um todo.

No entanto, apesar dos desafios significativos, há também razões para otimismo. O reconhecimento crescente da importância da educação como um direito humano fundamental e um catalisador para o desenvolvimento sustentável levou a uma série de iniciativas globais e nacionais para melhorar o acesso e a qualidade da educação em todo o mundo. Por exemplo, os

incluem metas específicas relacionadas à educação, como garantir a educação primária e secundária universal e de qualidade para todos.

Além disso, avanços tecnológicos recentes estão abrindo novas oportunidades para democratizar o acesso ao conhecimento e à educação. Plataformas online, recursos educacionais abertos e tecnologias de aprendizagem adaptativa estão permitindo que milhões de pessoas em todo o mundo acessem conteúdo educacional de alta qualidade a um custo acessível.

No entanto, é importante reconhecer que as soluções para os desafios educacionais não são simples nem uniformes. Abordar as desigualdades socioeconômicas na educação exige uma abordagem multifacetada e coordenada que leve em consideração não apenas as questões educacionais em si, mas também os fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que moldam o contexto em que a educação ocorre.

Em última análise, as relações socioeconômicas da educação são um reflexo das relações mais amplas de poder e privilégio em uma sociedade. Para construir um mundo mais justo e equitativo, é fundamental garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica. Isso não apenas fortalecerá as bases para o crescimento econômico sustentável, mas também promoverá a justiça social e a coesão comunitária em escala global.

Explorar as relações político-culturais da educação é adentrar em um terreno complexo e dinâmico, onde se entrelaçam diferentes sistemas de valores, ideologias e estruturas de poder. A interação entre política e cultura molda profundamente as práticas educacionais, influenciando desde os currículos escolares até as normas sociais e os valores transmitidos às gerações futuras.

Em primeiro lugar, é fundamental compreender que a educação não ocorre em um vácuo político ou cultural. Pelo contrário, as políticas educacionais são frequentemente moldadas por agendas políticas mais amplas, que refletem as visões de mundo e os interesses de grupos específicos na sociedade. Decisões sobre financiamento educacional, currículo escolar, métodos de ensino e avaliação são todas influenciadas por considerações políticas que podem variar amplamente de acordo com o contexto nacional, regional e local.

Além disso, a educação desempenha um papel crucial na transmissão e reprodução da cultura de uma sociedade. Os currículos escolares, por exemplo, refletem não apenas os conhecimentos acadêmicos considerados importantes, mas também os valores, crenças e identidades culturais dominantes. Isso pode levar a debates acalorados sobre quais perspectivas e histórias devem ser incluídas no currículo e como as diferentes culturas são representadas nas escolas.

As relações político-culturais da educação também são marcadas por conflitos e contestações. Grupos políticos e culturais frequentemente disputam o controle sobre o sistema educacional, buscando promover suas próprias agendas e visões de mundo. Isso pode levar a polarizações e divisões na sociedade, especialmente em torno de questões controversas, como religião, identidade étnica, gênero e sexualidade.

Em muitos casos, as políticas educacionais podem ser utilizadas como ferramentas de poder para impor certas

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - CAPÍTULO III, SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtIpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)(Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

AMOSTRA

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e os Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

METODOLOGIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA

FUNDAMENTOS E OBJETIVOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA

O ensino de Geografia desempenha um papel central na formação integral dos alunos, promovendo o entendimento das relações entre sociedade e natureza e o desenvolvimento de habilidades críticas para a análise do espaço geográfico. Mais do que um conjunto de conceitos e mapas, a Geografia busca formar cidadãos capazes de compreender as dinâmicas do mundo e de atuar de maneira consciente em sua transformação.

► O Papel da Geografia na Formação do Aluno

A Geografia é uma disciplina que articula conhecimentos sobre o espaço físico, social e cultural, ajudando os alunos a compreender as interações entre os elementos naturais e as atividades humanas. Por meio dela, os estudantes desenvolvem uma percepção crítica do mundo, aprendendo a identificar problemas ambientais, sociais e econômicos que impactam o local onde vivem e o planeta como um todo.

Além disso, o ensino de Geografia contribui para a construção da cidadania, estimulando reflexões sobre sustentabilidade, desigualdades regionais, globalização e territorialidade. Ao estudar temas como urbanização, recursos naturais e mudanças climáticas, os alunos são levados a considerar suas responsabilidades como agentes transformadores da sociedade.

► Abordagens Pedagógicas

Para alcançar esses objetivos, o ensino de Geografia deve ir além da memorização de conteúdos. Ele deve integrar três dimensões fundamentais:

- **Conteúdos conceituais:** Referem-se às teorias e conceitos que fundamentam o conhecimento geográfico, como relevo, clima, cartografia e globalização. Esses conceitos são essenciais para interpretar os fenômenos do espaço geográfico.
- **Conteúdos procedimentais:** Envolvem o desenvolvimento de habilidades práticas, como leitura de mapas, análise de gráficos, interpretação de imagens de satélite e uso de tecnologias geográficas. Essas competências tornam o aprendizado mais dinâmico e aplicável ao cotidiano.
- **Conteúdos atitudinais:** Relacionam-se à formação de valores e atitudes, como respeito à diversidade cultural, preocupação com a sustentabilidade e senso de justiça social.

Essas abordagens garantem que o ensino de Geografia seja abrangente e significativo, permitindo que os alunos relacionem o conhecimento escolar com suas experiências de vida e com os desafios da contemporaneidade.

► A Interdisciplinaridade no Ensino de Geografia

A Geografia é uma disciplina naturalmente interdisciplinar, dialogando com áreas como História, Biologia, Sociologia e Física. Essa característica enriquece o processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os alunos conectem conhecimentos de diferentes campos do saber. Por exemplo, ao estudar mudanças climáticas, é possível integrar conceitos de Geografia física, como clima e relevo, com questões sociológicas, como os impactos sociais e econômicos das alterações no meio ambiente.

Essa abordagem interdisciplinar também favorece a resolução de problemas complexos, que exigem a análise de múltiplas perspectivas. Trabalhos em projetos e estudos de caso são metodologias eficazes para explorar essa conexão, tornando o aprendizado mais profundo e relevante.

Os fundamentos e objetivos do ensino de Geografia devem sempre estar voltados para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de interpretar as complexas relações entre sociedade e natureza. Com uma abordagem pedagógica que combine conceitos, práticas e valores, a Geografia pode se tornar uma ferramenta poderosa para entender e transformar o mundo.

METODOLOGIAS ATIVAS E RECURSOS DIDÁTICOS

O ensino de Geografia requer estratégias pedagógicas que tornem o aprendizado dinâmico, significativo e conectado às realidades dos alunos. Metodologias ativas e recursos didáticos diversificados são ferramentas essenciais para engajar os estudantes e promover uma compreensão mais profunda das interações entre sociedade e natureza.

► Metodologias Ativas

As metodologias ativas colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, incentivando a participação ativa, a resolução de problemas e a construção coletiva do conhecimento. No ensino de Geografia, essas abordagens ajudam a desenvolver habilidades críticas e práticas.

- **Aprendizagem baseada em problemas (ABP):** Essa metodologia utiliza situações-problema relacionadas ao espaço geográfico para estimular os alunos a investigar, analisar e propor soluções. Por exemplo, ao estudar urbanização, os estudantes podem explorar questões como mobilidade urbana ou gestão de resíduos sólidos em sua cidade.
- **Estudos de caso:** Trabalhar com casos reais, como o desmatamento da Amazônia ou os impactos da globalização, permite que os alunos apliquem conceitos teóricos em contextos concretos. Essa prática favorece a análise crítica e a interdisciplinaridade.
- **Jogos didáticos:** Jogos de tabuleiro, simulações e quizzes são estratégias eficazes para tornar o aprendizado de Geografia mais lúdico e interativo. Mapas interativos e

AMOSTRA

- aplicativos gamificados, como simuladores de urbanismo, também são úteis para explorar dinâmicas espaciais de forma prática.

► Uso de Tecnologias

As tecnologias têm revolucionado o ensino de Geografia, oferecendo novas possibilidades para explorar e representar o espaço geográfico. Ferramentas digitais tornam o aprendizado mais acessível, dinâmico e conectado às demandas do século XXI.

- **Mapas interativos:** Plataformas como Google Earth e ArcGIS permitem que os alunos explorem mapas em alta resolução, observem mudanças no uso do solo e analisem dados geográficos de maneira detalhada.
- **Imagens de satélite e sistemas de informação geográfica (SIG):** Esses recursos ajudam a visualizar fenômenos geográficos, como desmatamento e expansão urbana, de forma prática e visual. Eles também desenvolvem habilidades técnicas úteis para a formação profissional.
- **Aplicativos educacionais:** Aplicativos como GeoGebra e StoryMaps permitem que os alunos criem mapas e narrativas interativas, promovendo criatividade e aprofundamento.

► Trabalho de Campo e Práticas Investigativas

O trabalho de campo é uma das metodologias mais tradicionais e eficazes no ensino de Geografia. Ele permite que os alunos experimentem diretamente os fenômenos geográficos, conectando a teoria à prática.

- **Visitas a áreas naturais e urbanas:** Explorar parques, rios, bairros ou áreas industriais ajuda os estudantes a compreenderem as dinâmicas ambientais e sociais em diferentes contextos.
- **Coleta de dados:** Atividades como medição de temperatura, análise de solos ou entrevistas com moradores locais incentivam a investigação e o uso de métodos científicos no estudo do espaço.
- **Projetos comunitários:** Trabalhos que envolvem problemas locais, como planejamento urbano ou conservação ambiental, engajam os alunos e conectam o aprendizado à realidade.

As metodologias ativas e os recursos didáticos no ensino de Geografia não apenas tornam o aprendizado mais dinâmico e significativo, mas também capacitam os alunos a compreender e transformar o espaço em que vivem. Com o uso de tecnologias, trabalho de campo e estratégias interativas, a Geografia pode formar cidadãos críticos e preparados para enfrentar os desafios contemporâneos. Posso continuar com a Parte 3: Desafios e Perspectivas no Ensino de Geografia?

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

O ensino de Geografia no Brasil enfrenta desafios significativos, que vão desde a superação de métodos tradicionais até a necessidade de inclusão e formação de professores qualificados. No entanto, essas dificuldades também abrem espaço para inovações pedagógicas e para a construção de abordagens mais inclusivas e dinâmicas, que contribuem para uma educação transformadora e conectada às demandas da

sociedade contemporânea.

► Superação do Ensino Tradicional

Uma das principais limitações do ensino de Geografia é a persistência de métodos tradicionais, que enfatizam a memorização de conteúdos e a repetição de exercícios descontextualizados. Esse modelo, muitas vezes centrado no professor e nos livros didáticos, não favorece o desenvolvimento de habilidades críticas e práticas nos alunos.

A superação desse paradigma exige uma mudança na abordagem pedagógica, com maior ênfase em metodologias ativas e no uso de recursos didáticos diversificados. Estratégias que promovam a análise crítica, o trabalho colaborativo e a aplicação dos conceitos em situações reais são fundamentais para tornar o ensino de Geografia mais significativo e conectado às experiências dos alunos.

► Inclusão e Acessibilidade

A inclusão é um dos grandes desafios do ensino de Geografia, especialmente em um país com profundas desigualdades sociais e regionais como o Brasil. Garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade exige atenção às necessidades de grupos específicos, como pessoas com deficiência, estudantes de áreas rurais e comunidades indígenas.

Recursos didáticos adaptados, como mapas táteis e ferramentas audiovisuais, podem facilitar o aprendizado de alunos com deficiência visual ou auditiva. Além disso, projetos que valorizem os saberes locais e as realidades culturais dos estudantes ajudam a construir uma educação mais inclusiva e contextualizada, fortalecendo o vínculo entre o conhecimento escolar e a vivência dos alunos.

► Formação de Professores

A formação inicial e continuada dos professores de Geografia é essencial para garantir um ensino de qualidade. No entanto, muitos educadores enfrentam dificuldades para acompanhar as inovações tecnológicas e pedagógicas, seja por falta de acesso a recursos, seja pela ausência de programas de formação específicos.

Investimentos na capacitação dos professores são indispensáveis para que eles possam explorar novas metodologias, utilizar ferramentas digitais e abordar temas contemporâneos de forma crítica e integrada. Além disso, a valorização da carreira docente, com melhores condições de trabalho e remuneração, é um fator determinante para atrair e manter profissionais qualificados na área.

► Novas Tendências Pedagógicas

O ensino de Geografia tem se beneficiado de tendências pedagógicas inovadoras que aproximam a disciplina das realidades e demandas atuais. A adoção de tecnologias educacionais, como realidade aumentada e inteligência artificial, está transformando a forma como os alunos aprendem sobre o espaço geográfico. Além disso, temas transversais, como mudanças climáticas, sustentabilidade e globalização, têm ganhado destaque nos currículos, enriquecendo a abordagem geográfica.